

IMPOSTO DE RENDA

Pré-preenchida começa hoje

Formulário que vem com dados previamente colocados pela Receita deve corresponder a 57% do total de declarações este ano

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND

Os contribuintes já podem utilizar a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). A modalidade, disponibilizada pela Receita Federal, promete facilitar o processo de prestação de contas ao Fisco, mas especialistas alertam: a revisão minuciosa dos dados é essencial para evitar erros e inconsistências que possam levar à malha fina.

A ferramenta, acessível via portal e-CAC e aplicativo da Receita Federal, está disponível apenas para contribuintes com conta Prata ou Ouro no portal gov.br. Criada em 2021, esta modalidade de declaração deve ser usada este ano por 57% dos contribuintes, segundo previsão da Receita Federal.

Segundo Thaísa de Sousa Evaristo, perita contadora, a pré-preenchida importa informações de fontes, como bancos, imobiliárias, clínicas e médicos, reduzindo as chances de erro ao declarar rendimentos e pagamentos. No entanto, ela alerta que os dados podem conter falhas, uma vez que são fornecidos por terceiros. “A pré-preenchida vem de informações que a Receita recebe de outras declarações, então, está sujeita a erros, como um valor digitado incorretamente por um prestador de serviço”, explicou.

“Ao importar a declaração no formato pré-preenchida, há uma chance menor de cometer erros de preenchimento de algumas fontes de tributação exclusiva, por exemplo, como também informações de



A declaração pré-preenchida ganha está cada vez mais popular. Mas há cuidados que se deve ter antes de enviá-la

pagamentos etc., diminuindo as chances do contribuinte cair na ‘malha fina’”, disse Evaristo.

O advogado tributarista Gabriel Santana Vieira destaca que a declaração pré-preenchida diminui o risco de omissões e erros de digitação, além de tornar o processo mais rápido. “A Receita já tem acesso a essas informações, então a ferramenta ajuda a evitar inconsistências. No entanto, o contribuinte precisa revisar todos os dados antes do envio, pois os erros podem vir das próprias empresas ou instituições financeiras”, alertou.

“Caso alguma informação esteja incorreta ou incompleta, o contribuinte pode corrigir e incluir novos dados manualmente. Erros podem ocorrer se as empresas ou instituições financeiras repassarem informações erradas à Receita, por isso, a conferência continua sendo essencial”, afirmou Vieira.

Responsabilidade

A advogada Máisa Pio, especialista em Planejamento Tributário, reforça que a pré-preenchida não elimina a

responsabilidade do contribuinte. “A ferramenta é uma aliada da simplificação fiscal, mas deve ser usada com cautela. Perfis mais simples de contribuintes, como assalariados com poucas deduções, podem se beneficiar bastante. Já aqueles com investimentos, múltiplas fontes de renda ou movimentações patrimoniais devem redobrar a atenção”, afirmou.

Para Pio, entre as principais vantagens da declaração pré-preenchida, destacam-se a economia de tempo, a redução de erros de digitação e a



A ferramenta é uma aliada da simplificação fiscal, mas deve ser usada com cautela. Perfis mais simples de contribuintes, como assalariados com poucas deduções, podem se beneficiar bastante. Já aqueles com investimentos devem redobrar a atenção”

Máisa Pio,
advogada especialista em
Planejamento Tributário

declarações mais complexas — como aqueles com múltiplas fontes de renda, investimentos no exterior, movimentações patrimoniais ou muitas deduções — devem redobrar a atenção. Em muitos casos, esses dados não são captados de forma automática e exigem inclusão manual. O mesmo vale para quem realizou operações de compra e venda de bens ou recebeu heranças e doações no período”, pontuou Pio.

O professor Jorge Ferreira dos Santos, da ESPM, lembra que, apesar da promessa de praticidade, a pré-preenchida pode conter inconsistências devido a retificações feitas por empregadores e prestadores de serviços. “Empregadores podem corrigir informações depois do prazo inicial, e isso pode gerar divergências na declaração pré-preenchida. Se houver erro, o contribuinte deve contactar a fonte da informação e, se necessário, retificar sua própria declaração”, explica.

Outra questão importante é o prazo: a declaração do IRPF pode ser entregue até 30 de maio. Para evitar multas e penalidades, a recomendação é não perder o prazo, mesmo que haja dúvidas ou informações pendentes. “Caso haja erro, o contribuinte pode fazer uma retificação posterior, mas a declaração dentro do prazo evita complicações”, conclui Santos.

Com vantagens e desafios, a declaração pré-preenchida chega como uma ferramenta valiosa para muitos contribuintes. No entanto, revisar cada detalhe é indispensável para garantir que os dados estejam corretos.

EFEITO TRUMP

Mercado nervoso à espera de tarifaço

» RAPHAEL PATI

Às vésperas do dia em que Donald Trump, presidente dos EUA, promete anunciar uma série de tarifas de importação no país, o dólar teve um dia de forte desvalorização ante o real e fechou em queda de 0,94%, aos R\$ 5,70. O Índice DXY, que mede a força da divisa norte-americana em relação às principais moedas do mundo, foi na direção contrária e registrou alta de 0,1%.

Como explica o especialista em investimentos da Nomad Bruno Shahini, o tema das tarifas voltou a ser o foco principal para explicar o comportamento volátil dos mercados na sessão desta segunda-feira (31/3). Para o especialista,

as preocupações concentram-se na incerteza quanto à implementação das políticas tarifárias pelo governo Trump e nas negociações subsequentes.

“Esses fatores dificultam que o anúncio do dia 2 de abril sirva como um ponto de alívio para os mercados e impedem uma recuperação mais ampla dos índices americanos. O sentimento do mercado permanece negativo, com revisões para baixo no crescimento da economia americana, nos resultados corporativos e no preço-alvo do S&P500”, avalia o economista.

Sobre o câmbio, Shahini avalia que foi mais um dia de aversão ao risco e do fortalecimento do dólar em relação às moedas

de países desenvolvidos, com o real performando como uma das poucas divisas que se valorizou ontem. “Houve declarações de membros do Banco Central Brasileiro reforçando o compromisso para alcançar a meta de inflação de 3%, o que representa juros domésticos mais altos e por mais tempo, dado que as expectativas de inflação ainda se encontram acima da meta”, destaca.

Enquanto isso, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) teve um dia de forte queda, com baixa de 1,25%, aos 130.259 pontos. O resultado negativo da bolsa teve como reflexo a queda das ações de grandes bancos, como as do Itaú (-0,88%) e do Bradesco (1,32%), além da queda das ações da Vale (-1,49%) da Petrobras (0,72%).

Para a especialista de investimentos da Hike Capital, Gianluca Di Martina, a queda das ações se deve principalmente ao cenário de estresse maior nos Estados

Unidos, à espera do dia 2 de abril. “E aqui o mercado ainda digere os dados divulgados pela Ata do Copom, que sinaliza ainda um aperto monetário na próxima reunião, mas com também algumas sinalizações positivas de que a economia já vem desacelerando”, considera.

O Ibovespa termina o mês acumulando ganhos de 6,08%. No primeiro trimestre do ano o resultado foi ainda mais positivo: salto de 8,29% desde o primeiro dia de 2025.

Na avaliação do especialista em investimentos na WIT Invest Fernando Cesar, o último mês foi muito positivo, com o investidor estrangeiro voltando a “olhar com bons olhos” para o Brasil. “Iniciamos o mês de março com um mercado com algumas incertezas, andando de forma lateral. Porém, no decorrer do mês, tivemos uma alta bem expressiva e fechamos o mês com um resultado positivo, descobrindo do resto do mundo”, ressalta.

TELEFONIA

App Celular Seguro agora alerta para roubo

» ALÍCIA BERNARDES*

O Celular Seguro, aplicativo criado pelo governo federal para proteger usuários em casos de furto ou roubo, será atualizado nesta semana. O novo recurso permitirá o envio de uma mensagem ao aparelho caso ele seja ativado com um novo chip, orientando quem estiver com o dispositivo a procurar uma delegacia para regularizar a situação. A notificação poderá ser enviada via SMS ou WhatsApp.

A ideia é que, caso o aparelho tenha sido comprado

sem que o comprador saiba que se trata de roubo ou furto, o novo usuário seja comunicado e vá até uma delegacia para devolver o celular.

O sistema utilizará o IMEI, número único que identifica cada celular na rede móvel, para rastrear a ativação de novos números. Para que a funcionalidade funcione, o dispositivo deve estar no “modo de recuperação”, que bloqueia a linha telefônica e contas vinculadas sem desativar o IMEI.

No “modo de bloqueio total”, em que o IMEI é desativado, a nova ferramenta não poderá ser usada.

O Ministério da Justiça reforça que, além do uso do Celular Seguro, é essencial registrar um boletim de ocorrência. O aplicativo está disponível para Android e iOS, e seu uso exige uma conta no Gov.br.

*Estagiária sob supervisão de Edla Lula



RAUL VELLOSO

QUANTO AOS ANOS QUE SE SEGUIRÃO A PARTIR DE 2022, FICA A GRANDE DÚVIDA SOBRE O QUE TENDERÁ A OCORRER EM MATÉRIA DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E CRESCIMENTO DO PIB, OU ATÉ QUE PONTO SE REPETIRÁ O PADRÃO DE COMPORTAMENTO PRECEDENTE EM NOSSO PAÍS

Hora e a vez do equacionamento previdenciário

Se considerarmos os gráficos no arquivo que pode ser solicitado por e-mail a raulvelloso45@gmail.com, contendo as linhas de tendência (ou as médias móveis dos últimos 10 anos desde 1989) das taxas reais de crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura, entre outras variáveis críticas, verá-se, claramente, ter havido, por volta de 2014, uma brusca ruptura do padrão de comportamento que prevalecera, desde o final dos anos oitenta, em certas variáveis das nossas contas públicas.

Na primeira fase, ou seja, 1989-2014, a taxa média real

de crescimento daquele tipo de investimento se situara ao redor de 5,3% a.a. Já na fase seguinte, que se estendeu de 2015 até 2022, passada quase uma década, o quadro mudou drasticamente, pois a taxa média relativa àqueles investimentos mais do que zerou, tendo sido de -0,2% a.a. Enquanto isso, a taxa média de crescimento do PIB desabava de 2,8 para 1,3% a.a. entre aqueles mesmos subperíodos, mostrando uma queda parecida com a dos investimentos. Ou seja, foi-se o investimento em infraestrutura e com ele o crescimento do PIB.

Quanto aos anos que se seguirão a partir de 2022, fica a grande dúvida sobre o que tenderá a ocorrer em matéria de investimento em infraestrutura e crescimento do PIB, ou até que ponto se repetirá o padrão de comportamento precedente em nosso país.

Sem aprofundar o diagnóstico sobre o que deve ter ocorrido na fase precedente acima salientada, muitos devem estar esperando que, a exemplo do que deverá ocorrer no dia a dia de muitas economias bem comportadas em termos mundiais, o crescimento do PIB brasileiro venha se situar ao redor de números

ou taxas de crescimento minimamente razoáveis.

Já se adotarmos o lado pessimista, por vários fatores, talvez não seja isso que tenderemos a testemunhar à frente, pois o crescimento do PIB a taxas minimamente razoáveis deveria requerer uma expansão igualmente notável das inversões públicas e/ou privadas em infraestrutura, algo que não tem acontecido, conforme se poderia, caso ele fosse acessado, perceber no mesmo gráfico, onde se veria que, desde 1997, e do lado privado, as taxas de crescimento só caem.

Na verdade, na raiz de tudo o “x” da questão se refere à

desabada dos investimentos públicos em infraestrutura, em contraposição à veloz subida do peso dos gastos previdenciários e assistenciais, especialmente na União, onde acabaram liderando o processo respectivo, e onde alcançaram cerca de 70% do gasto total primário, ante algo ao redor de 23% por volta de 1987. Chocante, não é mesmo?

E deve-se registrar que tal fenômeno tem tudo a ver com a explosão da taxa de crescimento do número de idosos (população acima de 65 anos) em nosso país, frente ao que ocorre com a parcela que contribui, ou seja, a que se situa

entre 15 e 65 anos, a chamada população em idade ativa.

População para enfrentar essa muito difícil situação (ou seja, para abrir espaço para os tão ansiados investimentos) é nada simples e costuma ser chamada de “equacionamento previdenciário”, algo que se pode traduzir como busca da zeragem do passivo atuarial (que é a soma do valor presente de todos os déficits anuais em várias décadas à frente) dos entes em causa, mediante reformas de regras, aportes de ativos (leia-se: capitalização), ou o que seja, sem o que os novos e preciosos empregos que se desejam jamais serão criados.